



"Pessoas comprometidas com a Sustentabilidade, respeitando a pluralidade e a diversidade no interesse coletivo, através da criação de uma agenda de desenvolvimento sustentável local."

24 - Rosilene Maria de Oliveira
Visto

APS-2024/014

Poços de Caldas (MG), 12 de junho de 2024

Aos Legisladores (as) de Poços de Caldas
Câmara Municipal de Poços de Caldas

Prezados Senhores,

REF.: Audiência Pública – “Matérias relativas ao Uso e Ocupação do Solo” – 14/junho/2024

A APS – Associação Poços Sustentável é uma organização sem fins lucrativos, supra-partidária, formada por voluntários que têm por objetivo sensibilizar e mobilizar os vários segmentos da sociedade para contribuir com a construção de uma cidade mais sustentável e justa, respeitando a pluralidade e a diversidade no interesse coletivo, planejando, identificando demandas, colhendo opiniões, desenvolvendo projetos e mapeando indicadores. A APS tem como premissa buscar o melhor para as pessoas e para o meio ambiente tanto agora como para as futuras gerações, sendo ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e ética e culturalmente aceita.

Atendendo ao convite da Audiência Pública, agendada para 14/junho, às 15h, para discutir “Matérias sobre Uso e Ocupação do Solo”, a APS apresenta a seguir sua contribuição com o propósito de enriquecer as discussões e alcançar um resultado que seja positivo para a construção de uma cidade mais justa e mais sustentável.

“Defesa do Planejamento Sustentável: Um Chamado à Responsabilidade na Revisão do Plano Diretor de Poços de Caldas”

Introdução:

Com base nos princípios fundamentais que regem a ocupação do solo, especialmente delineados na Constituição Federal e na legislação específica do Estado de Minas Gerais, os vereadores de Poços de Caldas se encontram diante de uma encruzilhada crucial para o futuro do município.

O processo de revisão do Plano Diretor demanda uma abordagem metódica e respaldada em estudos técnicos multidisciplinares, que assegurem a conformidade com os ditames legais e a proteção efetiva do meio ambiente. Nesse contexto, a Câmara de Vereadores tem a oportunidade ímpar de disciplinar e corrigir eventuais falhas no processo de revisão, evitando a perpetuação de ilegalidades que possam comprometer o desenvolvimento sustentável da cidade.

O encerramento da legislatura representa o último momento oportuno para que os legisladores ajam de forma decisiva, garantindo a integridade e a legitimidade do processo legislativo, cujas decisões moldarão o cenário urbano por décadas.

A responsabilidade dos legisladores municipais na revisão do Plano Diretor é crucial para garantir o desenvolvimento urbano sustentável e ordenado, conforme preconizado pelos princípios dos Direitos à Cidade.

Neste contexto, a oportunidade de retificar eventuais ilegalidades na condução desse processo é imperativa, especialmente diante do encerramento da legislatura. Os vereadores têm o dever de assegurar a transparência, participação e legalidade em todas as etapas do planejamento